Travessias
ISSN: 1982-5935

DOSSIÊ TEMÁTICO

Direitos autorais distribuídos a partir da licença *Creative Commons* (CC BY-NC-SA - 4.0)

ACADÊMICOS INDÍGENAS: KANHGÁG NA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

Jefferson Virgílio - jefferson.virgilio@ufsc.br
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina, MArquE – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; https://orcid.org/0000-0003-0023-8505

RESUMO: O artigo busca enaltecer e recuperar os posicionamentos e as manifestações acadêmicas de indígenas do povo Kanhgág em seus Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. Assim, prima por sintetizar os pontos comuns e as convergências visíveis nas monografias, propondo uma base teórica mínima que estimule uma aproximação com um sistema de pensamento reconhecidamente autóctone, através de revisão de bibliografia especializada.

PALAVRAS-CHAVE: Kanhgág; Filosofias indígenas; Licenciaturas Indígenas.

1 INTRODUÇÃO

O artigo busca dar continuidade para proposições levantadas em escritas prévias (Virgílio, 2024a, 2024b e 2024c), onde foram iniciadas tímidas tentativas de diálogos e de reflexões a partir e especialmente com estruturas de produções acadêmicas que são derivadas de modos de pensar genuinamente indígenas.

A proposta do texto é enaltecer e destacar as provocações, as manifestações, os compromissos e as preocupações que são expostas pelas autorias indígenas objetivando tecer mais linhas de aprendizados oriundas de um modo de pensar distante do quadro hegemônico, quiçá clássico, de nossa academia.

É compreendido que a consulta para as partes mais acessíveis deste modo de pensar, viver e existir não é incentivada pela literatura especializada em questões indígenas, que ainda se debruça em re-leituras e re-escritas terceiras, raramente tendo referenciais teóricos para além de molduras não-indígenas.

Na medida do possível são recuperadas citações diretas dos materiais consultados, especialmente quando estes trechos permitem revelar uma síntese precisa e necessária do marco epistemológico que é tencionado ou mesmo revelado, proposto ou reconstruído pelas partes autoras que foram consultadas.[1]

Em consequência, não se inclui no texto qualquer tentativa de - ou incentivo por - certa revisão de literatura, quer seja sobre o histórico de contatos com o povo Kanhgág, quer seja sobre as discussões que se debruçam sobre os diálogos possíveis com autorias indígenas ou com aquelas que são ditas e tidas

[1] Diferentemente do proposto em Virgílio (2024c), os trabalhos não valorizam uma classificação estreita dentro de um tema ou tópico específico, pois circulam entre diferentes assuntos com recorrência, como é melhor demonstrado ao longo do texto. Por este motivo todas as referências e menções para as monografias escritas por acadêmicos e acadêmicas Kanhgág estão direcionadas para uma página ou para conjuntos ou intervalos de páginas específicos.

como periféricas, subalternas e adjetivos daí derivados.[2] Quando merecidas, tais questões podem surgir dentro de memórias ou problemáticas que são disponíveis nos próprios trabalhos de conclusão de curso.

Como exposto em outro espaço (Virgílio, 2024c, p. 238 - ver nota 16), é compreendido que os Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos por indígenas são trechos de um caminho mais acessível, ainda que muito sinuoso, para partes de seus sistemas de pensamentos, onde se destaca a maior facilidade de incorporação de seus significados pela dupla língua que nos é comum:[3] A acadêmica e a portuguesa.

As monografias, para os Kanhgág possuem função ímpar, como nos lembra Bento (2020):

> **Nesse sentido o registro** desses lugares **se mostra de extrema importância para o povo Kaingang** da Terra Indígena Guarita. **A falta de registro** desses lugares **pode causar seu esquecimento quando um Kófa morre**. Portanto, **há necessidade de se produzir arquivos sobre** esses lugares, **fundamentais para a perpetuação dessas importantes informações** (Bento, 2020, p. 7).[4]

A escrita de Bento produz coro com o discurso de Crespo (2015a, p. 8): "**Este é um documento que precisa ser registrado para que a comunidade possa ter conhecimento dessa história**, das tragetórias dos professores e de suas formações dentro do bilinguismo."

É possível assim, reconhecer quais são os principais aspectos que definem o ser, o existir e o viver Kanhgág, como nos lembra Cândido (2014, p. 28): "A valorização das duas metades exogâmicas;[5] A manutenção da língua falada e escrita; Manutenção e prática do artesanato; Manutenção da medicina indígena; Manutenção das comidas típicas; Memória viva /oralidade junto aos sábios."[6]

Além disso, fica difícil não perceber as consequências recentes da série de atrocidades que são cometidas contra o povo Kanhgág há séculos, como muito bem sintetizado por Narsizo (2015):

> [...] **iniciou com a perda do território conquistado no início do século XX** [...]. A educação escolar indígena agiu como fator de **perda da língua indígena**, a **transformação forçada do índio em agricultor, a exploração dos recursos naturais** [...], a prática da monocultura de trigo, milho e soja, **a mudança da organização social,** a exploração da terra por parte de **arrendatários e posseiros e por fim a tutela** advinda do Estatuto dos Povos Indígenas e a luta pela conquista da autonomia (Narsizo, 2015, p. 50).

[2] Ainda que sejam reconhecidas as importâncias política e histórica do termo Kaingang para o povo, neste trabalho se prioriza a escrita realizada na língua indígena do etnônimo atual deste povo. Sobre esta questão consultar Toral (1997, p. 24-27).
[3] Se registre que são conhecidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, capítulos de livros, artigos científicos, documentários, e outros materiais que são publicados pelas autorias aqui consultadas e por outras, todas Kanhgág, mas distante do realizado em Virgílio (2024c) estes materiais não foram considerados por conta da limitada dimensão permitida ao artigo.
[4] Todos os destaques em negrito presentes em citações diretas são promovidos pelas partes autoras deste artigo.
[5] A importância das marcas ou metades exogâmicas é tal que em praticamente todas as monografias tanto os autores e autoras, como familiares, entrevistados e entrevistadas são frequentemente apresentados acompanhados de identificação de sua marca. Além disso deve se destacar a opção pelo termo "valorização" ao invés do termo "manutenção", usado nos trechos seguintes.
[6] Convém consultar ainda as fotos, legendas e comentários disponíveis nas páginas seguintes (Cândido, 2014, p. 29-32).

Uma informação importante sobre o (não) uso de itálicos em palavras e em expressões na língua indígena é recuperada a partir de Paula (2020, p. 13): "As palavras na língua kaingang não estão marcadas em itálico ou entre aspas no meu texto, pois **a língua estrangeira neste país é a língua portuguesa**."

Concluo esta introdução com os objetivos desta pesquisa, que são em número de três: I) Demonstrar a existência de uma epistemologia nativa Kanhgág que pode ser encontrada com a consulta sistemática e atenta de trabalhos acadêmicos produzidos por estes indígenas. II) Incentivar a leitura pelos meus pares não-indígenas deste particular exemplo de produção acadêmica. III) Sugerir comparações com pesquisas realizadas anteriormente com outros povos indígenas, notadamente Mbyá e Laklãnõ, para tentar identificar as similitudes e as divergências acessíveis nas leituras destas monografias acadêmicas.[7]

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

O povo Kanhgág habita tradicionalmente territórios espalhados por todos os atuais estados da região sul do Brasil, em alguns estados da atual região sudeste do país, e ainda terras em outros países, que são criações dos últimos séculos, como áreas na Argentina e no Paraguai (Biazi & Ercigo, 2014, p. 17,21; Cândido, 2014, p. 16; Cipriano, 2014, p. 22,36-37; Fortunato, 2014, p. 11-12; Oliveira & Fernandes, 2014, p. 9; Amaral & Ferreira, 2015, p. 14; Crespo, 2015b, p. 20; Luiz, 2015, p. 12; Miguel, 2015, p. 10; Narsizo, 2015, p. 12; Pinheiro, 2015a, p. 12-14; Santos & Santos, 2015, p. 15,19; Bento, 2020, p. 28-29; Fidelis, 2020, p. 28; Pinto, 2020, p. 14).[8]

Consoante as autorias consultadas, os primeiros contatos deste povo com as frentes de destruição invasoras podem ser recuperados no mínimo desde o século XIX (Biazi & Ercigo, 2014, p. 21-22; Amaral & Ferreira, 2015, p. 15; Emílio, 2015, p. 19; Narsizo, 2015, p. 21,41; Paula, 2020, p. 12; Sales, 2020, p. 20), com menções para o século XVIII (Rosa, 2015, p. 14; Fidelis, 2020, p. 17), ainda que nós saibamos que há menções para conflitos desde pelo menos o início do século XVII (Miguel, 2015, p. 15; Pinheiro, 2015a, p. 13-14; Santos & Santos, 2015, p. 15).[9]

Partes do histórico de disputas territoriais, das constituições e das características das atuais aldeias, além das longas trajetórias de lutas (e lutos) envolvendo os ancestrais dos atuais Kanhgág, podem ser

[7] O último parágrafo incluído na introdução, e esta nota de rodapé, ocorrem exclusivamente para atender solicitações de uma das pareceristas do artigo. A mesma parecerista também questiona a ausência de autores pós-coloniais e decoloniais. Como busco argumentar logo no início deste texto, e já tendo realizado similar discurso em material prévio (Virgílio, 2024d, p. 3 - ver nota 1), não é a proposta enaltecer a dita literatura, e tampouco realizar qualquer tipo de pedido de autorização para estes autores. O supracitado artigo mencionado nesta nota inclusive foi rejeitado por dois periódicos unicamente pela recusa do pedido de benção para autores alardeados como pós-coloniais e decoloniais. Não considero tal imposição como algo razoável.
[8] Para facilitar uma perceção da distribuição de localizações recentes da maioria das aldeias e territórios Kanhgág é recomendado consultar os mapas disponíveis em Cipriano (2014, p. 12), Amaral & Ferreira (2015, p. 16), Emílio (2015, p. 14), Fidelis (2020, p. 29) ou Pinto (2020, p. 14). Em Amaral & Ferreira (2015, p. 15) há ainda um mapa com as ocupações ancestrais.
[9] Sobre as denominadas frentes de destruição invasoras e suas ações contra povos indígenas, consultar Virgílio (2024c e 2024d).

melhor compreendidos consultando diretamente autorias indígenas como:[10] Biazi & Ercigo (2014, p. 21-27), Cipriano (2014, p. 20-22,29-35), Oliveira & Fernandes (2014, p. 9-10), Sales (2014, p. 20-24), Bento (2015, p. 9-13), Crespo (2015b, p. 18-19), Luiz (2015, p. 13-17), Mendes (2015, p. 8-9), Miguel (2015, p. 10), Mineiro (2015, p. 9), Narsizo (2015, p. 19-25,41-43), Paulo (2015, p. 18), Pinheiro (2015a, p. 13-18), Rosa (2015, p. 14-19), Santos & Santos (2015, p. 15-19), Amaral (2020, p. 25-26), Bento (2020, p. 30-35), Cipriano (2020, p. 25-28,33-36), Claudino (2020, p. 12-14), Fidelis (2020, p. 13-22), Paula (2020, p. 15-21), Pinto (2020, p. 15-17), Policena (2020, p. 20-22), Sales (2020, p. 20-24) e especialmente a excepcional descrição de Amantino (2020, p. 8-29).[11]

Ao longo dos contatos que foram realizados, o povo Kanhgág absorveu e resinificou uma série de valores, dispositivos, instituições e subsistemas que são utilizados ou impostos pelas frentes de destruição que lhes encontra. Em diferentes graus, distintas velocidades e em variadas configurações esta incorporação de elementos, instrumentos, comportamentos e pensamentos alienígenas podem ser observadas e reconhecidas em outros povos indígenas, como é visível em Virgílio (2024c e 2024d).

Independentemente destas trocas, dos modos como foram realizadas, e dos séculos de contínuas tentativas de etnocídio e de genocídio que ocorrem, uma estrutura ancestral de pensamento, que define o ser, o viver, o pensar e o existir Kanhgág permanece viva nos corpos, territórios, mentes e ações destes indígenas (Emílio, 2015, p. 38; Rosa, 2015, p. 45; Paula, 2020, p. 12).

Pelas enormes dificuldades de acesso, de reconhecimento, e principalmente de compreensão de partes desta estrutura se propõe a consulta e a tentativa de diálogos e apropriações deste sistema a partir das tangentes que nos são disponibilizadas em trabalhos acadêmicos produzidos por estes indígenas.[12]

A primeira grande característica de distinção que pode ser percebida é o enorme reconhecimento do valor de importância dos anciões e das anciãs.[13] O fenômeno é tão forte que em alguns trabalhos eles

[10] Sobre as TIs do povo Kanhgág é ainda recomendada a consulta para a produção coletiva organizada por Bueno (2016). Rosa (2015, p. 14) menciona trabalhos similares produzidos no ano de 2011, mas acredito que não estão disponíveis para consulta.

[11] O trabalho de Gelcimar Amantino merece destaque por ser independente de qualquer referência bibliográfica. Além de Gelcimar Amantino, João Sagrinso Emílio (2015, p. 11), registra que: "O presente trabalho **não constará muitas referências bibliografias, mas sim as informações coletadas dos kofá (velhos)**, moradores da comunidade, que tiveram muita boa vontade em poder colaborar na realização do trabalho." Emílio (2015, p. 13,39) inclui apenas três referências bibliográficas em sua monografia, mas menciona apenas uma, e justamente para recuperar o mito de origem do povo Kanhgág. Além disso, o trabalho de Irani Miguel (2015, p. 10,35) inclui apenas duas referências, que são utilizadas apenas para trazer dados históricos.

[12] Se registre que determinados conhecimentos, relacionados com uma filosofia mais profunda, reservada, tradicional e ancestral, eventualmente são disponibilizados apenas em língua indígena nos trabalhos acadêmicos. Nem mesmo a localização destas menções indicamos. O fenômeno também é observado em materiais produzidos por indígenas de outros povos (Virgílio, 2024a e 2024c). Por conta das manifestações de preservação da circulação de certos saberes, informações sobre esta filosofia mais profunda obtidas durante o trabalho de campo também não são incluídos neste material. Ver ainda Virgílio (2024c, p. 238 - ver nota 16). O registro escrito destas informações nas monografias visa permitir o acesso futuro pelas próximas gerações de cada povo. De igual modo não se pretende incluir um glossário ou mesmo traduções de termos e de expressões indígenas.

[13] Para além dos trabalhos mencionados neste parágrafo, cerca de uma dezena de outros TCCs também se orientam apenas por entrevistas e conversas com anciões e anciãs, mas optaram por não deixar essa informação explícita durante a sua escrita.

se tornam a principal, ou mesmo a única fonte de referência ou consulta utilizada (Biazi & Ercigo, 2014, p. 19; Cândido, 2014, p. 19,23,34; Fortunato, 2014, p. 9; Sales, 2014, p. 13; Amaral, 2015, p. 8,12; Amaral & Ferreira, 2015, p. 13; Bento, 2015, p. 7-9; Crespo, 2015a, p. 9-10; Emílio, 2015, p. 6-7,11-12,19-20,22; Mendes, 2015, p. 10; Miguel, 2015, p. 8; Mineiro, 2015, p. 9; Narsizo, 2015, p. 15; Pinheiro, 2015a, p. 9-10,18-19; Santos & Santos, 2015, p. 42; Amaral, 2020, p. 12-14; Bento, 2020, p. 19-26; Fidelis, 2020, p. 18; Paula, 2020, p. 14-15; Policena, 2020, p. 15-16; Sales, 2020, p. 17-18).[14]

Amaral (2020), por exemplo, demonstra a relação de anciões com as crianças:

> **A criança Kaingang** desde seu nascimento **convive grande parte do tempo com seus avós ou as pessoas mais velhas da família**, em sequência fica em companhia dos irmãos mais velhos ou primos. **O kófa (avós) é um dos responsáveis para passar os valores fundamentais para a criança**, então na fase do ser criança, **ela é tão detentora dos conhecimentos e práticas do povo Kaingang quanto o kófa** (Amaral, 2020, p. 55).

Similar percepção é recuperada também por Luiz (2015):

> **O velho está sempre presente na vida Kaingang, desde o nascimento da criança**. Os ensinamentos são ensinados **enquanto o pequeno está no colo do seu avô**, assim, no embalo, **o velho com sua voz sussurrando vai ensinando o que ele vai ser** [...]. **Desde pequeno ele ouve seu avô**, ouve a voz de ordem do velho e é assim que, mais uma vez, nasce um grande herói, preparado, ao qual todos podem recorrer quando acontece um problema. [...] **Quando uma criança do sexo masculino nasce, o avô paterno fica encarregado de passar todo o conhecimento para essa criança**, o grande responsável (Luiz, 2015, p. 18).

Bento (2020) elucida a importância do papel dos anciãos e das anciãs para os Kanhgág:

> Posso dizer de antemão que **após a conversa com o ancião não se sai do mesmo modo que se entra**, pois **o ancião faz o papel de agência das emoções, da conexão com o espírito ancestral**, assim **intermediando as relações entre as memórias, o presente** que possibilita seus aconselhamentos **e as conexões com o futuro** (Bento, 2020, p. 16).[15]

A origem destes trabalhos acadêmicos é um curso que formal e oficialmente se identifica como de formação de professores indígenas, então as discussões sobre políticas de alfabetização e letramento (Crespo, 2015a, p. 9-10; Rosa, 2015, p. 12-13,26-30,37-38; Cipriano, 2020, p. 18,46-53), os papéis possíveis para a instituição denominada escola (Bento & Emílio, 2014, p. 14; Cândido, 2014, p. 28-32,52; Cipriano, 2014, p. 19,26,40; Sales, 2014, p. 17-18,32,44-45; Amaral, 2015, p. 32,36; Bento, 2015, p. 20;

[14] Uma situação que não é rara ou inédita em outros povos indígenas, como visto em Virgílio (2024a, p. 4-7 e 2024c, p. 236-237,247). De igual modo, como observado em Virgílio (2024c, p. 239 - ver nota 17), a utilização de imagens e fotografias é algo bastante representativo.

[15] Posteriormente, Bento (2020, p. 55) recupera outras percepções nativas dos Kanhgág sobre as e os Kófa.

Crespo, 2015a, p. 9-10,34; Crespo, 2015b, p. 9-10,27-32; Emílio, 2015, p. 29-32; Gonçalves, 2015, p. 40; Narsizo, 2015, p. 13; Rosa, 2015, p. 26-31; Silva, 2015, p. 20-21,34; Bento, 2020, p. 35-37,42; Cipriano, 2020, p. 42-45; Fidelis, 2020, p. 23-26,31; Pinto, 2020, p. 37-40; Policena, 2020, p. 40), aspetos da formação docente indígena (Cândido, 2014, p. 48,52; Sales, 2014, p. 18-19; Crespo, 2015a, p. 30,34 - ver ainda a nota 20; Crespo, 2015b, p. 31; Emílio, 2015, p. 35; Rosa, 2015, p. 20-22), descrições das experiências em ambiente escolar (Crespo, 2015b, p. 9,29-30,34-36; Gonçalves, 2015, p. 13; Rosa, 2015, p. 37-38,44-45; Paula, 2020, p. 70-75), e ainda a noção de educação como um sistema de opressão (Miguel, 2015, p. 32,34; Pinheiro, 2015a, p. 24; Rosa, 2015, p. 20,26-30,45-47; Amaral, 2020, p. 32-33,35; Bento, 2020, p. 40; Cipriano, 2020, p. 33-35; Pinto, 2020, p. 39) são tópicos recorrentes, seja como tema proposto de pesquisa, seja como assunto abordado de maneira complementar ou mesmo transversal.

Em Crespo (2015a, p. 11-18,22-24,29-30) há um longo detalhamento do modo como a educação escolar foi implantada nos territórios Kanhgág, expondo as articulações que envolveram a viabilização da primeira tentativa de formação de professores e professoras indígenas no Brasil e de como o fenômeno se alastrou para todos os territórios Kanhgág do sul do país.[16]

Entre as dezenas de monografias que dissertam ou mencionam a educação escolar dentro de terras indígenas Kanhgág, Gonçalves (2015, p. 25-26,33-34) se destaca por ser a única monografia que possui como tema principal as questões envolvendo a inclusão e o desenvolvimento de pessoas com deficiência dentro de um contexto indígena e buscando diálogos com as percepções indígenas sobre as deficiências.

Como as principais agressões que as frentes de destruição promovem contra sociedades indígenas atingem a cultura, a língua e a memória (Cândido, 2014, p. 18; Bento, 2015, p. 18-19; Emílio, 2015, p. 7,11,22-23; Miguel, 2015, p. 16-17,25-26,31-33; Narsizo, 2015, p. 15,31; Pinheiro, 2015a, p. 25-26; Rosa, 2015, p. 45-47; Santos & Santos, 2015, p. 18-19; Bento, 2020, p. 39-40; Policena, 2020, p. 27-28) destes povos, e o meio ambiente (Oliveira & Fernandes, 2014, p. 25; Mendes, 2015, p. 6-7,14,21,24; Narsizo, 2015, p. 27,37; Pinheiro, 2015a, p. 16; Santos & Santos, 2015, p. 19-21,32-37,39-40; Silva, 2015, p. 7-8,13,20,24-25,32; Paula, 2020, p. 62-69 - ver ainda as notas 5, 6 e 7; Pinto, 2020, p. 26) onde os e se reproduzem há séculos, estes dois grandes temas também surgem com relativa frequência, por vezes sendo discutidos em conjunto (Oliveira & Fernandes, 2014, p. 26; Sales, 2014, p. 22-23; Emílio, 2015, p. 20-21; Luiz, 2015, p. 21-24; Mendes, 2015, p. 20-21; Narsizo, 2015, p. 18,23,41-44; Santos & Santos, 2015, p. 16-17,23; Silva, 2015, p. 30-34; Amaral, 2020, p. 52-53; Policena, 2020, p. 40-41; Sales, 2020, p.

[16] Anos antes da escola formar professores e professoras ela preparou intérpretes e monitores indígenas. O centro de formação de professores e professoras indígenas citado por Crespo (2015a, p. 23-24,29-30) posteriormente recebe ainda indígenas de toda a região sul, incluindo dois irmãos indígenas do povo Xavante que residiam em Santa Catarina. Se registre que além dos indígenas Kanhgág e Xavante, há registos isolados de indígenas Laklãnõ que também foram deslocados para este centro de formação para participar de um curso magistério indígena.

30) ou ainda trazendo reflexões sobre as consequências do avanço do denominado desenvolvimento econômico (Biazi & Ercigo, 2014, p. 21-22; Cândido, 2014, p. 50; Sales, 2014, p. 31; Amaral, 2015, p. 8,32-34; Amaral & Ferreira, 2015, p. 28-30,36; Mendes, 2015, p. 6,17-19; Narsizo, 2015, p. 20-22; Pinheiro, 2015a, p. 14-15; Santos & Santos, 2015, p. 19-21; Silva, p. 34; Amantino, 2020, p. 30-31; Fidelis, 2020, p. 14-16,19; Pinto, 2020, p. 18), além dos efeitos da biopirataria (Mendes, 2015, p. 18,20-21), e da importância da preservação da língua materna (Cândido, 2014, p. 25,39,41; Cipriano, 2020, p. 36-38; Fidelis, 2020, p. 31), da manutenção dos conhecimentos sobre o feitio de artesanatos (Oliveira & Fernandes, 2014, p. 10-11; Sales, 2020, p. 18,31-37), ou ainda ao descrever processos de recuperação linguística (Rosa, 2015, p. 31; Bento, 2020, p. 14-15; Cipriano, 2020, p. 40-42).

De modo similar, outros contextos de opressão provocados pela sociedade não-indígena, também podem ser identificados, como a influência prejudicial de religiosos (Bento & Emílio, 2014, p. 12-15; Biazi & Ercigo, 2014, p. 24-25; Cândido, 2014, p. 51; Bento, 2015, p. 7,17,19; Crespo, 2015b, p. 20; Mendes, 2015, p. 17; Miguel, 2015, p. 19,24-25,33; Narsizo, 2015, p. 31-32,46-47; Pinheiro, 2015a, p. 24; Rosa, 2015, p. 30; Paula, 2020, p. 38,41), dos contatos com as medicinas não-indígenas (Fortunato, 2014, p. 16-21; Sales, 2014, p. 29-31,37-39,43; Amaral, 2015, p. 36; Bento, 2015, p. 19-20; Claudino, 2015, p. 30-32; Mendes, 2015, p. 17,24-25), dos modelos educacionais não-indígenas (Cândido, 2014, p. 36; Cipriano, 2014, p. 26; Miguel, 2015, p. 32,34; Narsizo, 2015, p. 12-13,23,30-32; Rosa, 2015, p. 30,37-38; Amaral, 2020, p. 66-68; Cipriano, 2020, p. 35-36), das falhas dos órgãos de Estado como FUNAI, SESAI e SPI (Cipriano, 2014, p. 17; Sales, 2014, p. 21-22; Amaral & Ferreira, 2015, p. 27-28; Bento, 2015, p. 9-11; Crespo, 2015b, p. 20; Emílio, 2015, p. 20,22-23; Miguel, 2015, p. 8,19,21-22,24-27,29-34; Narsizo, 2015, p. 17,22-43; Paulo, 2015, p. 24-25; Rosa, 2015, p. 30; Santos & Santos, 2015, p. 17,23,36; Silva, 2015, p. 13; Amantino, 2020, p. 30; Amaral, 2020, p. 30-31,34,52; Bento, 2020, p. 42-45; Fidelis, 2020, p. 18-19; Policena, 2020, p. 35-36; Sales, 2020, p. 14-15), dos abusos promovidos pelo exército (Miguel, 2015, p. 21,25-26,29; Narsizo, 2015, p. 12), e ainda sobre os trágicos efeitos dos avanços dos ditos desenvolvimentos científico e tecnológico (Cândido, 2014, p. 26,48-51; Sales, 2014, p. 32; Amaral, 2015, p. 20,33-35; Amaral & Ferreira, 2015, p. 12; Gonçalves, 2015, p. 14,39-40; Luiz, 2015, p. 27; Mendes, 2015, p. 23; Mineiro, 2015, p. 13; Rosa, 2015, p. 45; Silva, p. 34; Amaral, 2020, p. 35,65-66; Pinto, 2020, p. 20; Sales, 2020, p. 24) e da transformação de artesanatos tradicionais em bens de consumo (Cândido, 2014, p. 21; Oliveira & Fernandes, 2014, p. 12-14,23; Amaral, 2015, p. 23,29,36; Rosa, 2015, p. 18; Pinto, 2020, p. 19-20; Policena, 2020, p. 36; Sales, 2020, p. 13,15-16,24,28-31) visando à garantia de subsistência familiar, similar a imposição de venda de excedente da produção alimentar obtida pelo incentivo para a agricultura (Amaral & Ferreira, 2015, p. 27-30; Miguel, 2015, p. 19; Narsizo, 2015, p. 35; Fidelis, 2020, p. 19; Sales, 2020, p. 14-15,24). Há ainda relatos isolados sobre as consequências dos matrimônios com não-indígenas (Cândido, 2014, p. 18,45-46,49; Cipriano, 2014, p. 23; Gonçalves, 2015, p. 14,37; Mendes, 2015,

p. 1; Sales, 2020, p. 42 - ver ainda nota 9), sobre as marcas deixadas pelo instituto da tutela (Miguel, 2015, p. 24; Narsizo, 2015, p. 44-45), e ainda menções para os preconceitos contra os indígenas residentes no sul do Brasil (Fidelis, 2020, p. 35-36), registros de casos de estupros realizados por não-indígenas contra meninas e mulheres Kanhgág (Miguel, 2015, p. 26,30,33; Sales, 2020, p. 31), e ainda a chegada do alcoolismo, DSTs e da prostituição (Cipriano, 2014, p. 28; Miguel, 2015, p. 22,26,33) nas aldeias.

No entanto, outros relatos podem mencionar ações positivas por parte da sociedade não-indígena, como por exemplo os resultados e os esforços obtidos com a ASIE-SC (Paula, 2020, p. 44-48), com o COMIN (Bento, 2015, p. 20; Claudino, 2015, p. 33-34; Amantino, 2020, p. 16-17), com a parceria entre a IECLB e o SPI (Crespo, 2015a, p. 12-13,15-16,23-24), ou ainda ações promovidas pela SESAI (Bento, 2015, p. 20).[17] Similares elogios para as ações da ASIE-SC são visíveis por outro povo indígena em Virgílio (2024c, p. 234-235,243-244). Policena (2020, p. 39-40) registra ainda como positivos certos acordos realizados com ONGs, órgãos governamentais e universidades.

As tentativas de recuperação e de salvaguarda do conhecimento tradicional, seja sobre ervas e alimentação (Fortunato, 2014, p. 14-16,23-24; Amaral, 2015, p. 17-29; Amaral & Ferreira, 2015, p. 23-26,31-33,40-42; Claudino, 2015, p. 27-30; Mendes, 2015, p. 9-13; Mineiro, 2015, p. 16-21; Paula, 2020, p. 12-13; Sales, 2020, p. 29), sobre práticas rituais, cantos e danças tradicionais (Bento & Emílio, 2014, p. 5-11; Biazi & Ercigo, 2014, p. 30-32; Sales, 2014, p. 34-35,39-40; Amaral, 2015, p. 30; Crespo, 2015b, p. 22-23,32-34; Miguel, 2015, p. 16-17; Amaral, 2020, p. 63-65; Bento, 2020, p. 45-47; Cipriano, 2020, p. 38-40; Fidelis, 2020, p. 35-43; Policena, 2020, p. 27; Sales, 2020, p. 31-32,43-47), sobre a produção de artesanato (Oliveira & Fernandes, 2014, p. 20-25; Pinto, 2020, p. 34-36; Sales, 2020, p. 27-37), sobre o sistema de organização social e de parentesco (Narsizo, 2015, p. 19-20,32-34,45), sobre as artes da caça e da pesca (Pinheiro, 2015a, p. 28; Santos & Santos, 2015, p. 13-14,23-31; Fidelis, 2020, p. 37-42), ou mesmo sobre as brincadeiras e brinquedos infantis (Luiz, 2015, p. 20-33; Pinheiro, 2015b, p. 17-18,24-30), e ainda sobre o manejo de matérias-primas para confecções de artesanatos, armas e demais utensílios (Pinto, 2020, p. 12,30-34) completam a lista de temáticas de discussão que surgem nas monografias Kanhgág.

Também surgem as pesquisas que reforçam a importância dos espaços e territórios como lugares de memória (Cipriano, 2014, p. 40; Pinheiro, 2015b, p. 31-32,35; Bento, 2020, p. 38-39,50-58) e ainda da importância dos saberes e papéis sociais guardados e transmitidos apenas entre mulheres e sobre as gestações (Sales, 2014, p. 26-28,31-35; Claudino, 2015, p. 10-11; Mendes, 2015, p. 15,23; Sales, 2020, p. 12-13,32,35,39-47) ou daqueles direcionados para ou sobre as crianças (Cândido, 2014, p. 38-39; Sales, 2014, p. 32,41-44; Luiz, 2015, p. 17-19; Sales, 2020, p. 37-39), além daqueles que são específicos para os

[17] Sobre a ASIE-SC é recomendado consultar diretamente o sítio eletrônico da iniciativa: https://asie-sc.org/

jovens (Cândido, 2014, p. 44-47), ou sobre como identificar e compreender as mensagens produzidas pelos animais selvagens (Santos & Santos, 2015, p. 21-22; Silva, 2015, p. 17-18).

Independentemente do tema principal de pesquisa da monografia que é anunciado, surgem ao longo de praticamente todos os trabalhos consultados informações complementares sobre valores que são importantes para a reprodução social dos Kanhgág.[18]

As marcas que modulam a organização social, o sistema de parentesco e as regras de matrimônio são o assunto que surge com maior frequência (Biazi & Ercigo, 2014, p. 27-28; Cândido, 2014, p. 16; Cipriano, 2014, p. 23; Oliveira & Fernandes, 2014, p. 15-18; Sales, 2014, p. 16,44-45; Bento, 2015, p. 16; Claudino, 2015, p. 21-24; Crespo, 2015b, p. 20-25; Emílio, 2015, p. 27-28; Gonçalves, 2015, p. 16-17,37-38; Miguel, 2015, p. 15-16; Pinheiro, 2015a, p. 21,26,31-32; Bento, 2020, p. 48-49; Paula, 2020, p. 26-32; Policena, 2020, p. 17-18,41; Sales, 2020, p. 19,25-27), mas são identificadas também com frequência menções para diferentes mitos tradicionais e a sua relação com as percepções e compreensões nativas sobre o ser Kanhgág (Bento & Emílio, 2014, p. 18-19; Cândido, 2014, p. 27-28,33; Cipriano, 2014, p. 33; Oliveira & Fernandes, 2014, p. 18-19; Amaral & Ferreira, 2015, p. 34-35; Amaral, 2020, p. 22-24; Bento, 2020, p. 41; Cipriano, 2020, p. 20-22; Fidelis, 2020, p. 27-28,32-34; Policena, 2020, p. 17; Sales, 2020, p. 32), assim como para os saberes tradicionais das e dos Kofá e das e dos Kujá (Biazi & Ercigo, 2014, p. 18-19,33-45; Cipriano, 2014, p. 23-24; Amaral, 2015, p. 35; Amaral & Ferreira, 2015, p. 26; Bento, 2015, p. 20-24; Crespo, 2015b, p. 27; Mendes, 2015, p. 15; Pinheiro, 2015b, p. 40; Paula, 2020, p. 33-41; Policena, 2020, p. 22-26,40-41).

Outro assunto recorrente são os problemas decorrentes da não-demarcação de suas terras e os impactos de perdas territoriais, chegando a situações extremas, como a necessidade de recomprar pequenos pedaços de suas próprias terras, ou mesmo do absurdo de ser necessário pedir autorização para terceiros para realizar ações como a coleta de matéria-prima para a confecção de artesanatos em troca da entrega de parte da produção de cestarias (Pinto, 2020, p. 15,27,41). O caso descrito por Pinto descreve uma área de apenas 1,8 hectares, sendo uma das menores TIs do país. Pinheiro (2015b, p. 34-35,41) menciona tanto a poluição que as invasões territoriais provocam, afetando atividades que são realizadas pelas crianças, como a necessidade de estas entrarem em áreas que não estão demarcadas pela ausência de biodiversidade necessária para realizarem outras atividades características da infância Kanhgág. Já Cipriano (2014, p. 21-22,29-36) destaca conflitos que surgem com os invasores não-indígenas quando se

[18] Fenômeno similar também pode ser identificado nos trabalhos monográficos de outro povo indígena (Virgílio, 2024a). Lendo Cândido (2014, p. 35), é possível argumentar que eventuais mudanças de tópicos são provocadas pelo modo como o pesquisador ou pesquisadora se aproxima dos sábios e anciões, notadamente ao não se apresentar corretamente. Vários acadêmicos e acadêmicas Kanhgág registam ainda que diálogos na língua indígena são fundamentais no acesso aos e as Kofá.

tornam vizinhos dos Kanhgág, e que posteriormente se desenvolve para novos conflitos, com outros indígenas, quando pessoas são deslocadas de suas próprias terras para serem incorporadas em outra área.

Sobre a organização política de lideranças e a divisão dos papéis de gênero dentro da sociedade Kanhgág, Claudino (2015) expõe um modelo que se revela funcional e persistente durante séculos:[19]

> Ressalto aqui o motivo do não aparecimento de lideranças femininas na figura:[20] **não existe nenhuma mulher na Liderança e isso é cultural do povo Kaingang**. As mulheres estão inseridas em outros papéis e funções, **sendo que as mesmas ajudam seus maridos nas decisões, opinando em casa. Assim, seus maridos muitas vezes levam suas ideias já formadas para a reunião do grande grupo da Liderança**, que acontece junto com o cacique. As mulheres não fazem parte da Liderança, pois elas já são líderes familiares por tradição (Claudino, 2015, p. 17).

Luiz (2015) expressa uma leitura que complementa a percepção de Claudino:

> Geralmente, **aos homens cabe a responsabilidade pelas decisões políticas, pois eles assumem os papéis de liderança**; às mulheres cabe cuidar dos afazeres domésticos e o cuidado dos filhos. [...] [E] mesmo participando ativamente dos trabalhos agrícolas e da produção e do comércio das peças artesanais, **a mulher não ascende a funções de liderança dentro da hierarquia indígena** (Luiz, 2015, p. 20-21).

Como identificado com outros povos indígenas (Virgílio, 2024c, p. 237-238,247 - ver ainda a nota 25), são recorrentes em diferentes trabalhos as menções para se apropriar das armas dos brancos (Sales, 2014, p. 23-24; Bento, 2015, p. 17-18; Narsizo, 2015, p. 13-14; Amaral, 2020, p. 33-34; Paula, 2020, p. 76; Policena, 2020, p. 28-33), transformando os dispositivos, as instituições e os sistemas de opressão em mecanismos de resistência e de autonomia indígenas.[21] As ditas apropriações podem apresentar dificuldades duradouras, como na comunicação entre indígenas e não-indígenas em contexto de atendimento de saúde (Sales, 2014, p. 36-37).

Alguns académicos Kanhgág (Amaral & Ferreira, 2015, p. 40-42; Crespo, 2015b, p. 37,41-48; Rosa, 2015, p. 14,38-45; Cipriano, 2020, p. 55-59) inclusive buscam demonstrar uma ou mais aplicações

[19] Sales (2020, p. 43) menciona explicitamente a existência de cacicas e lideranças políticas e espirituais femininas entre as Kanhgág. Outras autoras (nenhum autor) consultadas fazem menções menores ou indiretas para mulheres como lideranças. Sobre outras divisões sexuais do trabalho entre os Kanhgág, inclusive desde a infância, consultar Pinheiro (2015b, p. 35-39).

[20] Remete para a figura 4, disponível na mesma página e com cerca de trinta lideranças Kanhgág, todas elas masculinas. Sobre a hierarquia existente entre essas lideranças, além de suas funções, ver por exemplo Emílio (2015, p. 24-25), Pinheiro (2015b, p. 15-16) e Policena (2020, p. 38-39). Sobre as eleições para caciques e lideranças, ver especificamente Paulo (2015, p. 26-29).

[21] Alguns autores corrigem informações equivocadas sobre processos de apropriação nas descrições produzidas por não-indígenas sobre os Kanhgág, como é visível em Bento & Emílio (2014, p. 9-10) e em Luiz (2015, p. 23-25). Outros pesquisadores como Cipriano (2014, p. 13,39-40) demonstram bastante zelo, humildade e nobreza ao expor suas considerações. Se registre que o sistema de apropriação de dispositivos e instituições terceiras pelos Kanhgág opera de modo bastante particular e distinto, quando em comparação como é realizado por outros povos indígenas (vide Virgílio, 2024c e 2024d). A situação é visível na monografia de Pinheiro (2015a, p. 10,19-20,22-30,36), quando é descrito o casamento Kanhgág no passado. Sobre o casamento Kanhgág é recomendada a consulta de Cipriano (2014, p. 23) e de Pinheiro (2015b, p. 39-40).

práticas para o TCC que produzem.[22] Cândido (2014) destaca a percepção de urgência dos registros escritos:

> E eles [velhos sábios] queriam **contar para que fosse escrito como é contado** senão perdia o sentido, **principalmente que fosse escrito na língua Kaingang** e quem sabe **até fazer uns desenhos** para ficar mais bonito, diziam. E que **assim a língua permaneceria presente** tanto na fala, contos e na escrita (Cândido, 2014, p. 18).

As ações de apropriação e de adaptação, e não simples reprodução, são visíveis desde as crianças mais pequenas, como demonstrado por Amaral (2020, p. 48): "No contexto da criança Kaingang a palavra **'reproduzir' tem significado de apropriar-se daquela prática e moldar à sua maneira**, a partir do conhecimento do seu corpo." O mesmo autor continua sua explanação (Amaral, 2020):

> Essa é uma representação que **as crianças Kaingang não estão fadadas apenas as práticas tradicionais Kaingang**, mas que elas criam métodos próprios para encenarem, as produções feitas pelos fóg na televisão, **adaptando aos seus modos**, tornando aquelas cenas suas a partir de suas **imaginações e convicções como seres capazes de produzir cultura** das mais variadas. Assim, **ganhando legitimidade como sujeitos, como atores sociais, e como produtores de cultura, para além daquelas vividas a partir da cultura Kaingang** (Amaral, 2020, p. 51).

Para concluir (Amaral, 2020, p. 63): "O **papel da criança Kaingang é de suma importância dentro da sociedade**, pois ela não é considerada como um ser incompleto, mas sim **um ser ativo e atuante na reformulação cultural ou dar sequência aos saberes transmitido pelos velhos**."[23]

Além de Amaral, Luiz (2015) também enuncia a autonomia de produção cultural das crianças Kanhgág:

> **A criança kaingang também desenvolve suas próprias formas de brincar** e de construir seus brinquedos e brincadeiras, **que se modificam ou se adaptam conforme se passam os anos**. [...] O jogo é **uma atividade sempre reelaborada e significativa para as crianças** nas atividades lúdicas no contexto educativo (Luiz, 2015, p. 26-27).

[22] Situação também observada em alguns TCCs de outro povo indígena em pesquisa anterior (Virgílio, 2024c, p. 244). Todas estas propostas pedagógicas, além de outras de um povo terceiro, estão organizadas e disponíveis em Oliveira *et aliae* (2021).

[23] Nesta e em outras citações diretas uma das pareceristas sugeriu a necessidade de realizar correções nas escritas indígenas. Não considero este movimento de reescrita válido, tanto pelas idiossincrasias da educação escolar indígena, como pela posição de um antropólogo não-indígena. Além disso, como demonstrado ao longo do artigo, os processos de apropriação das armas dos brancos (como é o caso da língua portuguesa, dos TCCs e da escrita científica) via de regra descaracterizam o objeto antes de o consumir (Virgílio, 2024d, p. 4-5,19). Especificamente sobre a escrita de indígenas Kanhgág ver Toral (1997, p. 24-27).

Vladimir Pinheiro (2015b, p. 18) demonstra outra manifestação de autonomia de produção cultural das crianças Kanhgág: "**As crianças possuem gírias e sotaques diferentes entre aldeias** [...] **de tempo em tempo as gírias se renovam**, mas uma vez aprendida jamais será esquecida."

Diante destas afirmações, é possível nos questionarmos se as práticas de apropriação e de adaptação podem estar vinculadas com noções mais profundas e nativas do ser, viver e existir Kanhgág. Um exemplo fantástico surge no relato de Zaqueu Kei Claudino, recuperado por Bento (2020):

> **O velho ao levar toda a família para receber sua aposentadoria está reproduzindo e praticando a sua coletividade**, pois aquilo **para ele nada mais é do que a caça que se obtinha antigamente e levava para comer junto com seus jamré (cunhado), seus régre (parentes da mesma marca) e kakrã (sogro)** (Bento, 2020, p. 49).

Outro exemplo muito significativo é descrito com jovens por Claciane Crespo (2015b):

> **Quando eles** [estudantes jovens] **optaram por criar o canto para fazer a dança** para apresentar para seus colegas da escola – canto e passos de dança ensaiados em apenas duas aulas – **eles me impressionaram** resolvendo situações, **criando e reinventando a dança que eles conheciam**. **Pensaram em provocar uma ação que pudesse fortalecer suas crenças e o costume do seu povo**, além disso, favorecendo a tomada de consciência dos seu amigos e colegas. Tiveram a percepção de que **mesmo que com o passar do tempo, as mudanças e transformações, contemplam aspectos qualitativos** que são difíceis de serem mensurados: a cultura, política, **crenças, valores que devem prevalecer, sem esquecer a qual povo pertence** (Crespo, 2015b, p. 35).

Que complementa posteriormente (Crespo, 2015b, p. 36) sobre os conhecimentos possuídos e construídos pelos alunos e pelas alunas: "Com essa experiência percebi que grandes partes dos **professores deveriam** saber do que o aluno mais precisa: **ouvi-los, deixar que falem do seu conhecimento**, ou seja, trocar ideias e praticar a compreensão do aluno."

Valmir Cipriano (2020) destaca como as práticas de apropriação talvez possam ser vistas como complementares entre si ao dissertar sobre as relações entre a língua indígena e a portuguesa:

> De forma alguma desvalorizará a língua A ou B, pois **entende-se que cada povo ou comunidade passa por uma transformação**, em que cada povo e família **escolherão as maneiras de fortalecer e valorizar os aspectos importantes** para seu aspecto sócio linguístico a ser seguido **conforme a sua realidade e que uma língua pode ser complementada uma pela outra** (Cipriano, 2020, p. 19).

A valorização do bilinguismo desde a mais tenra infância é recuperada em entrevistas e reflexões em outras monografias, como em Rosa (2015, p. 31-36) e em Crespo (2015a, p. 9-10,31-33).

Cenira Claudino Sales (2014) lembra como os cuidados das mulheres durante as gestações também recebem transformações, como toda a cultura Kanhgág, se apropriando de dispositivos externos:

> Ocorre que **a cultura kaingáng sempre esteve em transformação**, assim cada período apresentou seu significado cultural. Por outro lado, **não significa que hoje as mulheres deixaram de ter cuidado, mas que simplesmente passaram a adotar outros meios de cuidado**, como é o caso do acesso às orientações dos agentes de saúde ou unidade de saúde e outros meios de cuidados recomendados pelo médico quando consultado (Sales, 2014, p. 16).

Jaciane Goj Téj Kuitá Fidelis (2020, p. 36) sintetiza sobre a importância das apropriações e ressignificações para os Kanhgág:

> Esse evento [Festa do Pãri], hoje em dia, é organizado pelas escolas com base em parcerias entre os professores indígenas, os anciões da comunidade, mulheres que trabalham na preparação de comidas, e os jovens. Deste modo, **reforça-se a ideia da importância de dominar os conhecimentos próprios do mundo dos brancos** - como é ensinado muitas vezes pelos professores nas escolas - **sem abrir mão dos costumes tradicionais dos Kaingang** (Fidelis, 2020, p. 36).

Além disso, a anteriormente mencionada dificuldade de isolar determinados conhecimentos de um complexo maior de saberes não é algo restrito aos Kanhgág, sendo identificável o mesmo com outros povos indígenas (Virgílio, 2024a e 2024c). A consulta para Paula (2020, p. 36) nos permite considerar de onde surge este formato de comunicação entre os Kanhgág: "**As pessoas mais velhas** não costumam ficar respondendo em forma de questionário, elas **gostam de falar, falar de tudo um pouco**."

Este modo de organização de pensamento é distinto do modelo promovido pela sociedade não-indígena que, via de regra, organiza as informações e saberes por áreas de conhecimento, em disciplinas e com experts muito especializados.[24]

A autora posteriormente (Paula, 2020), já enunciando seu campo de pesquisa e estudo, reforça esse particular modo de compreensão do modo de ser e viver Kanhgág pelos anciãos:

> Saliento novamente que a minha pesquisa se refere basicamente à alimentação tradicional kaingang: plantas que alimentam e ervas que curam, questão que **evidentemente não pode ser compreendida sem a análise do contexto como um todo e é assim que os kófa pensam e agem: tomando a cultura kaingang como um todo** (Paula, 2020, p. 62).

E nas considerações finais (Paula, 2020, p. 76) novamente repete o argumento: "Durante a minha pesquisa pude perceber que **os kófa não conseguem falar de um tema sem ser num todo, a vida para eles não é dividida, repartida**. Não conseguem relatar seus conhecimentos, suas crenças, seus costumes, apenas num modo único."

[24] É identificado que algumas monografias Kanhgág se apropriam da organização temática e a reproduzem sem dificuldade. Não se deve pensar em qualquer dificuldade cognitiva ou limitação epistemológica, mas sim provável escolha individual.

Amaral (2020) ao acompanhar as atividades e relações produzidas e promovidas entre as crianças permite vislumbrar outra manifestação de como a vida não é dividida ou isolada em partes:

> **Esses espaços de convivência e de troca saberes**, é capacita a criança tomar decisões que **afetam diretamente seus pais, familiares ou a comunidade**. Em momento algum esse ato de cuidar do irmão menor é visto como trabalho, mas sim um sentimento fraternal **onde a reciprocidade aflora, tornando essa convivência sadia e fundamental para o povo Kaingang**, através deste ato é que a criança compartilha seu conhecimento uma com a outra e **molda os saberes recebidos dos velhos e reconfigura a seus modos** na mesma medida em que **se torna portadora de saberes advindos daquele contexto situacional** (Amaral, 2020, p. 46).

Além disso, as narrativas contadas pelos anciões e pelas anciãs podem possuir características que não apenas transbordem múltiplos temas e contextos, como ainda podem ultrapassar os limites da compreensão de um ouvinte não-indígena genérico (Bento, 2020) sobre a memória Kanhgág:

> Ao longo do trecho **fui ouvindo outros assuntos falados por João Maria e Armandio** sobre a conservação do lugar. **Conheci algumas ervas, troncos, frutos medicinais**. Numa conversa com o ancião, não se sai do mesmo jeito, pois ele faz a conexão do jovem com sua ancestralidade. Em outras palavras, **foi uma trilha repleta de narrativas que contextualizavam a existência desse local de memória**, algumas mortes no local por desafiar o espírito da floresta em ações como cortar árvores centenárias, retirar a caça sem a licença devida, **relatos que ao ouvinte branco e sem sensibilidade seria uma longa narrativa de fantasias** (Bento, 2020, p. 60).

Este desfecho na parte final do artigo busca reiterar a necessidade de esforços contínuos por parte de leitoras e leitores não-indígenas se efetivamente almejam tentar tocar algumas das partes acessíveis de saberes, vivências, existências e sistemas de pensamento ou cosmologias indígenas, como repetidamente mencionado anteriormente (Virgílio, 2024a, 2024b, 2024c e 2024d).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de tentar uma aproximação com os saberes Kanhgág que são compartilhados nas monografias encontrou algumas dificuldades e também resultou em alguns pequenos avanços. A primeira dificuldade surge no modo como os saberes são transmitidos e enunciados, raramente de uma maneira isolada ou destacada. Mesmo quando as pesquisas assumem um carácter temático, são comuns as menções para outros tópicos ou questões, que sob uma perspectiva não-indígena poderiam ser interpretados como sendo pouco ou nada relacionados com o assunto em questão.

Por outro lado, uma vez que esta possibilidade de organização do conhecimento se torna reconhecida, o esforço se reduz em tentar interiorizar este modo de comunicação, buscando ter uma leitura mais aberta e menos restrita de cada trabalho. Neste sentido, para eventuais interessadas e

interessados em se aproximar dos saberes Kanhgág, pode não ser suficiente ou recomendado realizar buscar por palavras-chaves, títulos ou resumos.[25] O ideal é realizar uma leitura mais ampla e se possível não utilizar filtros ou seleções orientados por uma perspectiva não-indígena, e principalmente acadêmica.

Como demonstrado, a organização de saberes de uma maneira que torna os vários conhecimentos como interdependentes entre si tem clara influência pelo modo como os anciões e as anciãs transmitem os seus conhecimentos. E esta influência está diretamente relacionada com os enormes valor e respeito que os Kanhgág demonstram pelos e pelas Kofá, e principalmente pelo que constitui o *ethos* Kanhgág.

Os e as Kofá são recorrentemente também mencionados como responsáveis pelas orientações dadas ao coletivo, desde os esforços de retomada identitária e linguística, resgate cultural e de memória, até as lutas territoriais e por direitos diversos. Também são tidos como bibliotecas vivas, que conhecem o histórico do povo, seja através de datas e locais que se explicam dentro do contexto histórico não-indígena, seja pelos conhecimentos referentes aos mitos, rituais, rezos, artes e músicas tradicionais.

Por fim, a noção de reprodução cultural como algo que pode sofrer recorrentes adaptações (e apropriações) parece ser presente desde a mais tenra infância, tendo óbvia influência dos anciões e anciãs que alertam sobre a importância de usar as armas dos brancos como ferramenta para sobrevivência dos Kanhgág.[26] Em Cipriano (2014, p. 14), a produção de monografias surge como componente do Kanhgág contemporâneo: "Enfim, espero que **outras pesquisas possam continuar sendo desenvolvidos por nós mesmos, kaingang**, [...] E, a partir de tudo isso, é possível nos dias de hoje **construir um caminho de formação acadêmica, e especificamente um caminho de formação do ser kaingang**." Posição compartilhada por Amaral & Ferreira (2015, p. 37): "Certamente **a futura geração terá** [...]**acesso às universidades que valorizarão os valores culturais** deste povo. É importante ressaltar também que **além de ser um trabalho de conclusão do curso parecia um trabalho de avivamento da cultura**."

Neste sentido, se compreende que a utilização tanto da língua portuguesa, como dos diplomas de graduação e por consequência das monografias que deles se derivam podem ser manifestações de apropriações das armas dos brancos como dispositivos de resistência indígena, e uma vez resinificados, permitem ainda aos não-indígenas acessos facilitados e particulares para partes dos saberes Kanhgág.

Se espera que pesquisadoras e pesquisadores não-indígenas considerem a consulta para estes materiais, além da incorporação de seus ensinamentos, como parte fundamental, urgente e necessária nos esforços de aproximação de compreensão com estes tão particulares modos de ser, existir, pensar e viver.

Neste sentido, concluo este artigo com as palavras de Sueli Krengre Cândido (2014):

[25] Uma situação que também foi identificada como recorrente para outro povo indígena em pesquisa prévia (Virgílio, 2024a).
[26] Esta situação é recorrente numa infinidade de povos indígenas no Brasil, como demonstrado em Virgílio (2024d).

> [...] então achei importante colocar no meu trabalho **para que sirva de orientação para outros que lerem ou venham a ler** e que um dia tenham consigo um pouco de conhecimento **e de como chegar até um Kaingang para tirar dele alguns dos conhecimentos que pretendem saber** (Cândido, 2014, p. 34).

REFERÊNCIAS

AMANTINO, G. *Histórico da retomada da Terra Indígena Sêgu (Novo Xingu)*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204686. Acesso em: 9 abr. 2024.

AMARAL, A. M. *Conhecimento e uso de plantas pelos Kaingang na Terra Indígena Guarita RS*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6723. Acesso em: 11 maio 2024.

AMARAL, B.; FERREIRA, E. *Gãr pẽ*: Milho como símbolo da tradição na cultura Kaingang. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 11 maio 2024.

AMARAL, M. *Fazer criança:* Das concepções aos contextos de vivências e brincadeiras das crianças indígenas Kaingang. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/204684. Acesso em: 8 mar. 2024.

BENTO, A. K. *Kujá e suas ervas medicinais*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6708. Acesso em: 8 abr. 2024.

BENTO, D.; EMÌLIO, S. *Ritual da viúva Kaingang na Terra Indígena Guarita*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 10 mar. 2024.

BENTO, M. A. *Kófa*: Entre lembranças e os suportes de memórias nas narrativas de Kófa Kaingang da Terra Indígena Guarita - RS. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204948. Acesso em: 27 mar. 2024.

BIAZI, A. A. B. P.; ERCIGO, T. G. *A formação do Kujá e a relação com seus guias espirituais na Terra Indígena Xapecó - SC*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6694. Acesso em: 9 abr. 2024.

BUENO, L. M. R. (org.). *Terras Indígenas Kaingang*. 2016. Compilação de trabalhos de pesquisa elaborados por acadêmicos Kanhgág (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Kaingang.1.pdf. Acesso em: 3 maio 2024.

CÂNDIDO, S. K. *Histórias Kaingang*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 10 abr. 2024.

CIPRIANO, P. *Terras habitadas por Kaingang, terras habitadas por colonos*: A história da divisão da Terra Indígena Inhacorá. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 10 maio 2024.

CIPRIANO, V. *Reflexões sobre práticas de ensino bilingue Kaingang e português na Terra Indígena Inhacorá*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204949. Acesso em: 28 mar. 2024.

CLAUDINO, C. *O papel social da mulher Kaingang da Terra Indígena Guarita*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 7 abr. 2024.

CRESPO, B. P. *Vẽnhvĩ régre ki vẽnhkajrãnrãn ẽg Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Davi Rỹgjo Fernandes*: Vẽjykre tỹ pedagógico han ja kar ũ tỹ mĩ kãmũ ja fag kar ag vẽme ta instituição tag tu (O Ensino Bilíngue na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Davi Rỹgjo Fernandes: concepções pedagógicas e trajetórias de formação docente ao longo da história da instituição). 2015a. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 9 maio 2024.

CRESPO, C. R. *Ẽg Kanhgág tỹ mỹsinsér mũj fẽ kãme vãsỹ kar uri ke*: As danças tradicionais Kaingang: Passado e presente. 2015b. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 3 maio 2024.

EMÍLIO, J. S. *Processo de formação e organização sociopolítica Kaingang do setor São João do Irapuá, Terra Indígena Guarita (RS)*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 11 maio 2024.

FIDELIS, J. G. T. K. *Expressões corporais Kaingang como forma de transmissão de saberes na Terra Indígena Apucaraninha: O Nẽn Ga*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204688. Acesso em: 1 maio 2024.

FORTUNATO, J. C. *Plantas medicinais, práticas de autoatenção e os conflitos com a biomedicina entre os Kaingang do Setor da Bananeira, Terra Indígena da Guarita, Rio Grande do Sul*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6692. Acesso em: 11 mar. 2024.

GONÇALVES, M. *Inclusão de pessoas com deficiência na Terra Indígena Xapecó*: Práticas e desafios para o povo Kaingang. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 11 maio 2024.

LUIZ, C. M. *Brinquedos e brincadeiras Kaingang*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 30 abr. 2024.

MENDES, I. *O uso das ervas medicinais na atualidade kaingang da Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina, Brasil*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6714. Acesso em: 30 abr. 2024.

MIGUEL, I. *Ëg sï ag kar pã`ï ag tÿ nén ü veja kãmén ge SPI to, Ëmã Inhacorá tá*: O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na visão dos anciões e lideranças do povo Kaingáng da Terra Indígena Inhacorá (São Valério do Sul, Rio Grande do Sul). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 12 maio 2024.

MINEIRO, T. *Ervas medicinais na comunidade de missão indígena TI Guarita, Rio Grande do Sul*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6710. Acesso em: 11 mar. 2024.

NARSIZO, G. *As várias faces da violência na Terra Indígena Xapecó*: Século XX (1902 - 1989). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, J. T.; FERNANDES, M. R. *O artesanato Kaingang na T. I. Xapecó*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 9 abr. 2024.

OLIVEIRA, S. M.; KAINGANG, J. D.; MACHADO, J. S.; ZEA, E. S.; DARELLA, M. D. P.; HANAZAKI, N. *Projetos interdisciplinares para o ensino médio indígena*. Florianópolis: UFSC. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230300. Acesso em: 3 maio 2024.

PAULA, S. *Alimentação tradicional Kaingang*: Plantas que alimentam, ervas que curam. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/204685. Acesso em: 8 mar. 2024.

PAULO, J. *Memórias e resistência na história e configuração social da aldeia Paiol de Barro*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 12 maio 2024.

PINHEIRO, C. *Casamento Kaingang*: Passado e presente da Terra Indígena Xapecó. 2015a. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 4 maio 2024.

PINHEIRO, V. *Infância Kaingang na Terra Indígena Xapecó - SC*: Saber e aprender. 2015b.[27] Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 4 maio 2024.

PINTO, A. *Manejo sustentável da matéria-prima para artesanato Kaingang*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204687. Acesso em: 4 maio 2024.

POLICENA, A. *O povo Kaingang da Terra Indígena Inhacorá (RS) e o contexto histórico das suas lideranças*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204969. Acesso em: 11 maio 2024.

ROSA, A. *Gĩr kãsir mré ẽg vĩ tỹ rãnhrãj ge ẽmã tỹ Guarita ki*: A língua Kaingang na educação infantil da escola Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro da Terra Indígena Guarita. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 3 maio 2024.

SALES, C. C. *A formação do corpo e da pessoa nos períodos da gestação, nascimento e infância Kaingang*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.bvspovosindigenas.fiocruz.br/handle/bvs/6706. Acesso em: 25 abr. 2024.

SALES, E. D. *Educação, memória e história das mulheres Kaingang da Aldeia Setor KM 10 da T.I. Guarita*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204935. Acesso em: 3 maio 2024.

SANTOS, G. M.; SANTOS, P. R. *Práticas culturais Kaingáng na Terra Indígena Xapecó*: Relatos sobre a caça e pesca na aldeia Olaria. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 3 maio 2024.

[27] O documento não está paginado. Se considerou uma numeração simples e sequencial entre os números 1 e 43.

SILVA, I. J. *Mudanças históricas marcantes da fauna e flora para os Kaingang na Terra Indígena Guarita*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://licenciaturaindigena.ufsc.br/?page_id=984. Acesso em: 11 maio 2024.

TORAL, A. A. Apresentação. *In*: AA. VV. *Ẽg jamẽn kỹ mĩ*: Textos Kanhgág. Brasília: MEC. 1997. p. 9-30. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/files/lemad-dh-usp_textos_kanhg%C3%A1g_0.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

VIRGÍLIO, J. *Colonizando desafetos*: Reafirmações sobre o Nhandereko. Columbia: Amazon. 2024a.

VIRGÍLIO, J. Índio de papel, papéis indígenas. *Caletroscópio*, [*S. l.*], v. 12, n. 1, p. 1-28, 2024b. Disponível em: http://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/7080. Acesso em: 18 jun. 2024.

VIRGÍLIO, J. Por um pensamento Laklãnõ. *Amazônica*, [*S. l.*], v. 15, p. 231-256. 2024c. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v15i2.13944. Acesso em: 18 jun. 2024.

VIRGÍLIO, J. The indigenous revolution in the Americas. *Outra Travessia*, [*S. l.*], v. 37, n. 1, p. 1-25. 2024d. Disponível em: http://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/98013. Acesso em: 18 jun. 2024.

Title

Indigenous academics: Kanhgág in the Indigenous Intercultural Teacher Training Degree of the Southern Atlantic Forest.

Abstract

The paper seeks to highlight and recover the positions and academic expressions of Kanhgág people in their undergraduate theses published in the Indigenous Intercultural Teacher Training Degree in the Southern Atlantic Forest region at the Federal University of Santa Catarina. So, it strives to synthesize common points and visible convergences in the monographs, proposing a minimal theoretical framework that encourages an approach to a recognized indigenous system of thought through a review of specialized literature.

Keywords

Kanhgág; Indigenous philosophies; Indigenous teacher training degrees.

Recebido em: 12/05/2024
Aceito em: 12/07/2024